



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

ELIANE MARIA DE LIMA RODRIGUES

**ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO FRENTE AS DEMANDAS DE MEDICALIZAÇÃO
EM SAÚDE MENTAL**

**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

ELIANE MARIA DE LIMA RODRIGUES

**ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO FRENTE AS DEMANDAS DE MEDICALIZAÇÃO
EM SAÚDE MENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Saúde Mental.

Área de concentração: Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Orientadora: Profa. Ma. Raisa Fernandes Mariz Simões.

**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R696a Rodrigues, Eliane Maria de Lima.
Atuação do farmacêutico frente as demandas de medicalização em saúde mental [manuscrito] / Eliane Maria de Lima Rodrigues. - 2020.
14 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Raisa Fernandes Mariz Simões , Departamento de Psicologia - CCBS."
1. Medicalização. 2. Saúde mental. 3. Farmacêutico. I.
Título

21. ed. CDD 362.2

ELIANE MARIA DE LIMA RODRIGUES

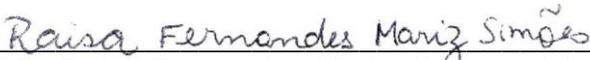
ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO FRENTE AS DEMANDAS DE MEDICALIZAÇÃO
EM SAÚDE MENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Saúde Mental.

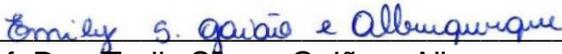
Área de concentração: Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Aprovada em: 27/11/2020.

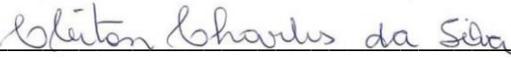
BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Raisia Fernandes Mariz Simões (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Emily Souza Gaião e Albuquerque
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Membro Interno)



Prof. Esp. Cleiton Charles da Silva
(Membro Convidado)

Aos meus filhos, meu esposo e familiares,
pela compreensão, dedicação e apoio,
DEDICO.

“A psiquiatria atual coloca o sujeito num patamar de submissão ao orgânico e à bioquímica cerebral, creditando ao medicamento como o único elemento possível de tratamento” (ZANELLA *et al.*, 2016).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	METODOLOGIA.....	8
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	8
3.1	A Medicalização em Saúde Mental.....	8
3.2	Causas e Consequências da Medicação a Longo Prazo em Pessoas com Sofrimento Psíquico.....	9
3.3	O Farmacêutico Frente a Orientação e Prevenção do Consumo Descontrolado de Psicotrópicos em Pacientes com Sofrimento Psíquico.....	10
4	CONCLUSÃO.....	11
	REFERÊNCIAS.....	12

ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO FRENTE AS DEMANDAS DE MEDICALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL

PHARMACIST'S PERFORMANCE IN RELATION TO THE DEMANDS OF MEDICALIZATION IN MENTAL HEALTH

Eliane Maria de Lima Rodrigues*

RESUMO

Este estudo apresentará as causas e consequências do uso desmedido de fármacos à pessoa em sofrimento psíquico e o papel do farmacêutico frente a estas questões. Emoções como tristeza e timidez frequentemente se enquadram dentro de um olhar patologizante e podem facilmente ser transformadas em doenças pelo senso comum, por isso torna-se relevante esclarecer quanto a necessidade ou não do uso de medicamentos. O estudo tem como objetivo geral realizar uma revisão da literatura acerca das causas e consequências da medicalização em saúde mental descrevendo a importância de um olhar mais atento dos profissionais de saúde aos pacientes em sofrimento psíquico, refletindo sobre a inserção social destes pacientes na sociedade e elucidando sobre a importância do farmacêutico na orientação e prevenção do consumo descontrolado de psicotrópicos. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica, através de pesquisa de artigos em períodos nas bases de dados online. Constatou-se a importância do farmacêutico diante do controle dos fármacos na prática da saúde mental, pois ao lidar com os usuários e familiares este profissional é capacitado para estimular a autonomia e o poder de agir dos usuários e mobilizá-los para que descubram ou redescubram seus interesses e desejos, os orientando para o uso consciente dos fármacos.

Palavras-Chave: Medicalização. Saúde mental. Farmacêutico.

ABSTRACT

This study will present the causes and consequences of the excessive use of drugs to the person in psychological distress and the role of the pharmacist in relation to these issues. Emotions such as sadness and shyness often fit within a pathological view and can easily be transformed into diseases by common sense, so it becomes relevant to clarify the need for the use of drugs or not. The general objective of the study is to conduct a literature review about the causes and consequences of medicalization in mental health, describing the importance of a closer look by health professionals to patients in psychological distress, reflecting on the social insertion of these patients in society and elucidating on the importance of the pharmacist in guiding and preventing uncontrolled consumption of psychotropic drugs. It is a qualitative, descriptive and bibliographic study, through research of articles in periods in the online databases. It was found the importance of the pharmacist in face of the control of drugs in the practice of mental health, because when dealing with users and family members, this professional is trained to stimulate the autonomy and power of action of users and mobilize them to discover or rediscover their interests and desires, guiding them towards the conscious use of drugs.

Keywords: Medicalization. Mental health. Pharmaceutical.

* Aluna do curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: elianemariapcpb@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a medicalização em saúde mental e a função do farmacêutico na orientação do uso adequado de psicotrópico. O interesse por este tema surgiu após perceber a prevalência do uso indiscriminado de drogas psicotrópicas em unidades de serviços de saúde, em que se observa diariamente pacientes em busca de receitas e, muitas vezes, já carregados de tanta medicação.

A linha de pesquisa se deve ao encontro de autores que apresentam a medicalização em saúde mental e o que este tratamento pode trazer para o paciente, seja em benefícios ou consequências para uma melhor qualidade de vida.

Considerando que a saúde mental é um dos aspectos mais relevantes da vida humana, deve-se prestar atenção em como tratar estas questões. Emoções como tristeza e timidez frequentemente se enquadram dentro de um olhar patologizante e podem facilmente ser transformadas em doenças e com indicações de medicações errôneas. Este estudo apresentará as causas e consequências, encontradas na literatura, que os fármacos trazem à saúde da pessoa em sofrimento psíquico.

Estamos diante da redefinição da doença mental e da reformulação das relações entre normal e patológico. Assim, um novo nexos entre sofrimento psíquico e doença mental se delinea, reforçando a tendência do sujeito contemporâneo a se conceber como vulnerável e propenso a adoecer. Na modernidade, a intervenção da psiquiatria sobre comportamentos seguia uma separação nítida entre a norma e o desvio: enquanto o indivíduo saudável era aquele cuja conduta estava conforme as regras, o doente apresentava sintomas discrepantes à norma, neste período a saúde mental tinha definição negativa, pois significava ausência de sintomas. Além disso, como a doença mental era definida pelo médico com base nos desvios de comportamento, o sofrimento do paciente importava pouco enquanto sintoma (POMBO, 2017).

A primeira sintetização que foi lançada em 1952 sobre o psicofármaco para tratamento psiquiátrico pela indústria farmacêutica teve um investimento de forma maciça em pesquisas, como também foi realizado marketing de medicamentos novos (ZANELLA *et al.*, 2016).

A liberação de medicamentos psicotrópicos no Brasil segue as normativas da Portaria 344/98, e a Secretaria de Vigilância Sanitária passou a controlar a dispensação através de receituários especiais que são obrigatoriamente preenchidos pelos médicos e necessários para a sua liberação Ferrari *et al.* (2013). Em meio a estas mudanças conceituais, culturais e assistenciais, houve a implantação de dispositivos substitutivos de assistência, com destaque na hierarquização da rede de atenção em saúde mental constituída pela Atenção Básica e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BRASIL, 2002).

Segundo Borges (2015), os usuários de saúde mental na Unidade Básica de Saúde (UBS) possuem poucas informações sobre o uso de medicação psicotrópica, no entanto assumem o controle de seu tratamento com mudanças na administração e descontinuidade no uso sem respaldo profissional.

A dificuldade nos serviços públicos ao acesso de alguns medicamentos é o que resulta no fato de pressionarem os médicos a trocar a medicação prescrita, mesmo que a prescrição atual esteja fazendo o efeito desejado ou no seu abandono por falta de condições financeiras (VALÉRIO, 2014)

Pereira (2015) identifica como principais causas do uso indiscriminado de psicotrópicos dois pontos relevantes: um ligado ao médico, relacionado com certo descaso em reciclar seu conhecimento, poupar o seguimento em consultas

subsequentes e em muitos casos vontade de satisfazer o paciente para ganhos políticos; e o outro ligado ao paciente/população relatarem desconhecimento sobre os efeitos negativos do uso de psicotrópicos, quando estes são prescritos sem critérios, e a facilidade em obter a prescrição e o medicamento.

Este estudo, então, resulta de um conjunto de observações cotidianas sobre o excesso do uso de medicamentos para cuidar de aspectos corriqueiros da vida. Ele parte de uma conceituação preliminar e do senso-comum do que seria medicalização, muito ligada a ótica da utilização de medicamentos, sem ter aprofundamento em si sobre o fenômeno como uma construção social. Diante disto surge a questão que norteia o estudo: Quais as consequências do uso descontrolado de psicotrópico em pacientes com sofrimento psíquico e como o farmacêutico pode intervir nesta situação?

A presente pesquisa tem como objetivo geral realizar uma revisão da literatura acerca das causas e consequências da medicalização em saúde mental e, como objetivos específicos, descrever a importância de um olhar mais atento dos profissionais de saúde aos pacientes em sofrimento psíquico, refletir sobre inserção social destes pacientes com transtornos mentais na sociedade e descrever a importância do farmacêutico frente a orientação e prevenção do consumo descontrolado de psicotrópicos.

2 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um estudo de natureza qualitativa e bibliográfico que, por sua vez, é desenvolvido considerando um material já elaborado. Assim, uma vantagem desta pesquisa é cobrir uma série de fenômenos mais amplos.

Além disso, Gil (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica é um processo que envolve diversas etapas como: a escolha do tema, o levantamento bibliográfico preliminar, a formulação do problema, a elaboração do plano provisório de assunto, a busca de fontes, a leitura do material, o fichamento, a organização lógica do assunto e a redação do texto. Dessa forma, este tipo de pesquisa é bastante estruturada e segue etapas lógicas para facilitação do seu desenvolvimento.

Para a realização do presente estudo foi utilizado todo o processo descrito acima, com consultas a livros, revistas, artigos científicos e monografias nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Scholar sobre a temática pesquisada.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A Medicalização em Saúde Mental

Nas primeiras décadas do século XX, o criador da psicanálise (Sigmund Freud), teceu as considerações acerca do papel auxiliar dos alteradores químicos do psiquismo, substâncias de uso comum em todas as culturas, no enfrentamento do sofrimento psíquico que reputava à condição humana. Não poderia, no entanto, supor que certos tipos desses alteradores, os psicofármacos, viessem a se torna um meio de enfrentamento de todo o tipo de descontrolo social em nossa civilização, revelando a propensão a substituir por pílulas coloridas toda a reflexão que o mestre dedicava para compreender o drama humano e minorar a condição trágica de sofrimento que lhe considerava inerente (BARBOSA; CABRAL; ALEXANDRE, 2019).

No ocidente, cada vez que mais pessoas precisam de consultas médicas como meio de melhora psiquiátrica. A medicamentação cresce ano após ano, pois é uma característica da cultura que faz parte desta região, por exemplo, o que anteriormente seriam características pessoais tornou-se patologias devido a uso descontrolado de medicação. (MARQUES *et al.*, 2019).

O procedimento da automedicação caracteriza iniciativa do agravo da doença devido à falta de conhecimento do doente ou de seu responsável em obter ou produzir e utilização de uma medicação que acredita que lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio dos sintomas (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

Segundo Santos; Zambenedetti (2019) são contextos em que problemas não médicos tornam-se diagnosticáveis e tratáveis como problemas médicos. À medida que aumenta a série de condições medicalizantes dentro da jurisdição médica, cresce a quantidade de drogas aprovadas para tratá-las. Na saúde mental brasileira, independente do avanço da Reforma Psiquiátrica, a medicalização se mantém como prática não reformada.

Hoje é muito comum presenciar nas unidades de saúde da família apenas a renovação de receitas sem a avaliação presencial dos usuários devido à grandes demandas no sistema se tornando um agravo a saúde destes. Assim está prática, evitar a interrupção dos tratamentos e garantir o cuidado, mesmo que se torne um problema de saúde pública, com indivíduos usando medicamentos por tempo indeterminado e submetidos a um cuidado fragmentado, sem avaliações adequadas. (BARBOSA; CAPONI; VERDI, 2018).

De acordo com Marques *et al.* (2019) a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) é uma estratégia de alteração das relações de poder para garantir aos usuários efetiva participação nas decisões relativas aos seus tratamentos, o que pressupõe como fundamental o diálogo e a troca entre os atores envolvidos no cuidado em saúde mental.

3.2 Causas e Consequências da Medicação a Longo Prazo em Pessoas com Sofrimento Psíquico

Silva Filho *et al.* (2019) descrevem a respeito da psiquiatria doutrinária que é justamente a existência de uma doença que torna imprescindível seu tratamento especializado, e aquele diagnóstico supostamente necessário para a determinação da doença a ser tratada está ausente na expressiva maioria dos casos.

Os usuários de psicofármacos são pacientes que necessitam de atenção especial durante o tratamento farmacológico em consequência de uma possível não adaptação ao tratamento, das reações adversas que podem ocorrer ou até mesmo intoxicação decorrente do uso errôneo do medicamento, promovendo sérios riscos à saúde dos mesmos (SILVA *et al.*, 2019).

Uma das causas desse fenômeno da automedicação poderia ser a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação de massa, que constitui um estímulo frequente para tal, pois explora o desconhecimento dos consumidores acerca dos produtos e seus efeitos adversos. O baixo poder aquisitivo da população e a precariedade dos serviços de saúde contrastam com a facilidade de se obter medicamentos, onde, não raro, encontra-se o estímulo do balconista interessado em ganhar uma comissão pela venda (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Mesmo nas camadas privilegiadas, que têm amplo acesso aos serviços médicos, a automedicação ganha espaço, havendo uma tendência para a busca de

solução imediata para as enfermidades, a fim de não interromper as atividades cotidianas ou possibilitar um pronto retorno a elas (BESERRA *et al.*, 2019).

Contudo o uso de medicamentos de forma correta com indicações adequadas e no tempo certo se torna essencial ao tratamento da saúde, mas quando ocorre de maneira imprópria, pode ter efeitos adversos inclusive tóxicos ao organismo, que podem levar à dependência, além de problemas emocionais e sofrimento psíquico. O Ministério da Saúde (2019, p.13) ressalta que medicamentos utilizados indevidamente, podem causar danos à saúde e levar o indivíduo a óbito.

A insônia também pode ser ocasionada pela automedicação, além de ser um problema global, é considerada um transtorno crônico em que é necessário um tratamento de longa duração, e pode ser uma consequência da automedicalização. Além do mais, os portadores de tal transtorno são acometidos por diversas outras patologias, como por exemplo, ansiedade. Os prejuízos mais frequentes nesses casos são decorrentes da automedicação incluem, gastos supérfluos, atraso no diagnóstico e na terapêutica adequada, reações adversas ou alérgicas, e intoxicação. Alguns efeitos adversos ficam mascarados, enquanto outros se confundem com os da doença que motivou o consumo, e criam novos problemas, os mais graves podendo levar o paciente à internação hospitalar ou à morte (BARBOSA; CABRAL; ALEXANDRE, 2019).

O uso abusivo de medicamentos psicofármacos é um importante problema de saúde pública, a automedicação somada a prescrição indevida e abusiva, em especial dos medicamentos que agem no Sistema Nervoso Central SNC podem causar danos irreversíveis ou até mesmo levar a morte, dentre eles, os ansiolíticos e os antidepressivos. É de suma importância que, na abordagem terapêutica do paciente ansioso tenha-se sempre em mente a necessidade de estimular a mudança de estilos de vidas (FONTES, 2019).

3.3 O Farmacêutico Frente a Orientação e Prevenção do Consumo Descontrolado de Psicotrópicos em Pacientes com Sofrimento Psíquico

Entende-se por assistência farmacêutica o conjunto de ações e de serviços que visem assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhe atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional (FERNANDES; FREITAS; MELCHIORI, 2015).

O Conselho Federal de Farmácia denomina as funções do farmacêutico, e deixa claro que sua função tem contato direto tanto em farmacologia como farmacovigilância, observando-se que é uma profissão essencial para o controle de medicação, de acordo com a resolução 585/13, do Conselho Regional de Farmácia. O êxito das atribuições descritas na resolução citada deverá ser medido pela efetividade das ações propostas e pelo reconhecimento por parte da sociedade do papel do farmacêutico no contexto da saúde (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

No âmbito da saúde pública, diversos profissionais compõem uma equipe interdisciplinar, dentre eles está o farmacêutico. A fim de minimizar a não adesão ao tratamento farmacoterapêutico, dentre diversas outras atividades, o farmacêutico vem ganhando espaço por possuir total autonomia na inserção de seus serviços nesse ambiente. O uso de medicamentos nos CAPS requer participação assídua deste profissional uma vez que, através da assistência farmacêutica, é garantido ao paciente acompanhamento fundamental, proporcionando segurança e resultados eficazes na recuperação à saúde, reduzindo possíveis danos a qualidade de vida

dos pacientes por consequência da utilização errônea ou diversos efeitos adversos que podem ocorrer (BORGES, 2015).

A participação de um profissional farmacêutico é importante para a intervenção e busca de medidas que minimizem o abandono ao tratamento farmacológico e segurança do paciente e conseqüentemente na regressão da doença, pois sabe-se que o transtorno mental é toda mudança de comportamento que pode levar a uma alteração no convívio social de uma pessoa, causando incapacidade de exercer suas atividades normais, provocando sofrimento e podendo acarretar em morte por suicídio, daí a importância de uma equipe multiprofissional para dar orientações adequadas aos usuários desses medicamentos (CAMELO; DINELLY; OLIVEIRA, 2016).

O farmacêutico, é um membro muito importante na equipe de saúde, pois este tem uma acessibilidade primordial para uma assistência, como também para o acolhimento com cuidados gerais de saúde destes usuários. Sua aproximação na farmácia e atuação na atenção aos pacientes os faz desenvolver um vínculo de suma importância diante do aconselhamento para o desmame adequado destas medicações (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

Através da Política Nacional de Medicamentos PNM, a Assistência Farmacêutica (AF) foi implantada como um agrupamento de serviços, desde a elaboração de medicamentos até o seu uso pelo paciente, onde o mesmo é assistido e tem garantia na recuperação de sua saúde de forma racional. A AF engloba atividades que promovem segurança e efetividade na terapia medicamentosa. Todavia, tal processo não exige apenas um olhar voltado à dispensação de medicamentos, este engloba habilidades e conhecimentos gerenciais para garantir a oferta e qualidade dos medicamentos disponibilizados, o qual envolve um ciclo de atividades logísticas que deve exigir não somente do farmacêutico, mas também de toda a equipe multiprofissional (ARAGÃO, 2018).

As etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação que engloba também o processo de assistência ao paciente, devem ser executados corretamente e ordenadamente para garantir a eficiência e qualidade do serviço oferecido na Atenção Básica, sendo isso considerado um desafio ao farmacêutico, uma vez que o mesmo deve possuir conhecimento de gestão, sendo este o profissional mais adequado para tal serviço (SILVA; LIMA, 2017).

4 CONCLUSÃO

A pesquisa levanta as causas e conseqüências da medicalização e mostra a importância do farmacêutico diante do controle dos fármacos na prática da saúde mental. Ao lidar com os usuários e familiares, este profissional é capacitado para estimular a autonomia e o poder de agir dos usuários e mobilizá-los para que descubram ou redescubram seus interesses e desejos, assim os orientando para o uso consciente dos fármacos.

O tratamento medicamentoso revela-se um assunto pouco debatido, seja pelos usuários, seja pelos profissionais. Percebe-se que os profissionais de saúde pouco se apropriaram do tema, endereçando as decisões acerca da prescrição medicamentosa exclusivamente a eles, sem expandir esse saber e incentivar os usuários a dialogar e a negociar com os seus prescritores, a fim de incluir o saber experiencial no projeto terapêutico. Com isso o farmacêutico é o profissional mais capacitado ao diálogo e aconselhamento sobre o uso correto da medicação, como

também a praticas educativas não farmacológicas, os ajudando a ter qualidade de vida.

Estima-se que esta pesquisa contribuirá ampliando o universo de informações acerca dos malefícios que o uso descontrolado de fármacos pode causar, sendo possível a partir de seus resultados gerarem estratégias de qualidade de vida para os usuários de psicotrópicos. O estudo também pode contribuir para que os profissionais de saúde e gestores públicos, engajem-se de maneira efetiva e eficaz na mobilização de recursos, na construção e viabilização de projetos, que atinjam a meta de uma população cada vez mais ativa e conseqüentemente com maior qualidade de vida para que saiam do sedentarismo e busquem ocupar a mente e fazer uso de medicações apenas quando necessário.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. I. S. Padrões de Apoio Social na Atenção Primária à Saúde: diferenças entre ter doenças físicas ou transtornos mentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p.2339-2350, jul. 2018.

ARAÚJO, B. N. *et al.* Automedicação e uso inadequado de medicamentos na terceira idade. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 21-35, 2019.

BARBOSA, V. F. B.; CABRAL, L. B.; ALEXANDRE, A. C. S. Medicalização e Saúde indígena: uma análise do consumo de psicotrópicos pelos índios Xukuru de Cimbres. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24, 2993-3000.2019.

BARBOSA, V. F. B.; CAPONI, S. N.; VERDI, M. I. M. Risco como perigo persistente e cuidado em saúde mental: sanções normalizadoras à circulação no território. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 175-184, 2018.

BESERRA, F. L. P. R. *et al.* Automedicação em idosos: medidas de prevenção e controle. **Revista Contexto & Saúde**, v. 19, n. 37, p. 149-155, 2019.

BORGES, T. L. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres atendidas em unidades básicas de saúde em um centro urbano brasileiro. **Revista Panamericana de Salud Pública**. vol.38 n.3 Washington Sep. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde, Portal da Saúde, **Portaria 336 Publicada em 19 de fevereiro de 2002**. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acessa em 14 ag. 2020.

CAMELO, A. E. M.; DINELLY, C. M. N.; OLIVEIRA, M. A. S. Psicotrópicos: perfil de prescrições de benzodiazepínicos, antidepressivos e anorexígenos a partir de uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 13, n. 3, p. 111-122, 2016.

FERNANDES, B. D.; FREITAS, R. R.; MELCHORS, A. C. Avaliação dos serviços farmacêuticos: indicadores de estrutura e processo em farmácias comunitárias. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, p. 31-37, 2015.

FERNANDES, W. S.; CEMBRANELLI, J. C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. **Revista Univap**, v. 21, n. 37, p. 5-12, 2015.

FERRARI, C. K. B. *et al.* Falhas na prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos: um problema de Saúde Pública. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**. vol. 34, n. 1. 2013.

FONTES, B. A. S. M. A terapia comunitária enquanto instrumento para a construção de práticas de cuidado: uma abordagem a partir das redes sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 3, p. 411-423, 2019.

GIL; A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**, Editora Atlas: São Paulo. 6ª edição. 2008.

MARQUES, A. *et al.* Judicialização da saúde e medicalização: uma análise das orientações do Conselho Nacional de Justiça. **Estudos Avançados**, 33 (95), p. 217-234. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Depressão**: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção. 2019. Disponível em <http://saude.gov.br/saude-de-az/depressao>. Acesso em: 01 nov. 2020.

PEREIRA, C. B. S. **Prescrição Indiscriminada de Psicotrópicos**: Análise das Causas e Consequências Dessa Prática na Cidade de Luminária. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

POMBO, M. F. Medicalização do sofrimento na cultura terapêutica: vulnerabilidade e normalidade inalcançável. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 1, 2017.

SANTOS, R. B.; ZAMBENEDETTI, G. Compreendo o processo de medicalização contemporânea no contexto da saúde mental. **Salud & Sociedad**, v. 10, n. 1, p. 22-37, 2019.

SILVA FILHO, J. A. *et al.* Assistência em Saúde Mental para além da Medicalização: Revisão Integrativa. **Revista de Psicologia**, 12 (42), 641-658. 2018.

SILVA, S. N.; LIMA, M. G. Assistência Farmacêutica na Saúde Mental: um diagnóstico dos Centros de Atenção Psicossocial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p.2025-2036, jun. 2017.

SILVA, P. M. C. *et al.* Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento. **Revista Cuidarte**, 10 (1). 2019.

VALÉRIO, W. L. Utilização de Medicamentos Benzodiazepínicos por usuários da Atenção Primária em um Município do Extremo Sul Catarinense. **Revista Inova Saúde**, v.3 n.1, 2014.

ZANELLA, M. *et al.* Medicalização e saúde mental: Estratégias alternativas. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, (15), 53-62. 2016.

AGRADECIMENTOS

À Josevânia, coordenadora do curso de Especialização, por todos os ensinamentos e dedicação a toda turma.

À professora Raisa Mariz pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos meus filhos André, Nicolas e esposo Rildo dos Santos pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares e que sempre foram presentes ao meu lado, dando-me forças.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo desses meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

A secretária da UEPB, Jailda Albuquerque, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.